

Memórias do “sonho desagradável”: Escravidão atlântica e musealização a partir da região do Valongo no Rio de Janeiro

Memories of the "unpleasant dream": Atlantic slavery and musealization from the Valongo region in Rio de Janeiro

Enviado em: 28-05-2024

Aceito em: 01-07-2024

Desirree dos Reis Santos¹

Elizabete de Castro Mendonça²

Monica Lima e Souza³

Resumo

O Rio de Janeiro foi o maior porto escravagista das Américas. Esta afirmativa ganhou maiores proporções a nível local e global, a partir do reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial em 2017. Em torno do Valongo, um antigo complexo escravista, diferentes atores sociais vinham exigindo a criação de um museu público, de modo a narrar a presença negra na história do Cais, do Brasil e do mundo atlântico. Este artigo analisa tais demandas por musealização, visando identificar enquadramentos de narrativas de dor e sofrimento associadas a este lugar de memória sensível e utilizados em releituras do passado escravista desenvolvidas por diferentes agentes na cena pública. Para tanto, tem como foco de análise textos publicados em redes sociais virtuais e na imprensa, em janeiro de 2017, acerca da intenção da municipalidade de criar um museu sobre a escravização atlântica. Considera, por fim, que a complexidade da construção de narrativas públicas de dor e sofrimento transita entre o não reconhecimento social da violência política dos crimes da escravidão e do racismo, a dificuldade de suplantar memórias coloniais de desumanização e as lutas políticas históricas pela afirmação de resistências negras.

Palavras-chave: Musealização, Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), Cais do Valongo

Abstract

Rio de Janeiro was the largest slave port in the Americas. This statement has gained greater impacts locally and globally, since the recognition of the Valongo Wharf as a

¹ Doutoranda em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS/Unirio/Mast) e pesquisadora do NUGEP/Unirio. Email: desirsantos@gmail.com

² Professora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM)/Unirio e coordenadora do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus - NUGEP/Unirio. Email: elizabete.mendonca@unirio.br

³ Professora de História da África do Instituto de História da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos – LEÁFRICA. Email: monicalimaesouza@gmail.com

World Heritage Site in 2017. Around the Valongo, a former slave complex, different social actors have been demanding the creation of a public museum, in order to frame the Afro-Brazilian presence in the history of the Wharf, Brazil and the Atlantic world. This paper analyzes such demands for musealization, aiming to identify framings of narratives of pain and suffering associated with this place of sensitive memory and used in readings of the slave past by different groups in the public scene. It focuses on texts published in social medias and in the press, in January 2017, about the municipality's intention to create a museum about Atlantic Slavery. Finally, it considers that the complexity of the construction of public narratives of pain and suffering moves between the social non-recognition of political violence, the crimes of slavery and racism, the difficulty of supplanting colonial memories of dehumanization and historical political struggles.

Keywords: Musealization; Museum of Slavery and Freedom, Valongo Wharf.

Introdução

Não era uma história para passar adiante. Então a esqueceram. Como um sonho desagradável durante um sono agitado. De vez em quando, porém, o farfalhar de uma saia soa quando acordam, e os nós dos dedos que roçam uma face no sono parecem pertencer a quem dorme. (...) Esta não é uma história para passar adiante. (MORRISON, Toni. **Amada**, 2007[1987], p.362-363)

A escritora afro-americana Toni Morrison entrelaçou elementos góticos, em “Amada”, na elaboração de uma narrativa possível para dar forma ao trauma e à violência indizível da escravidão atlântica. Tal romance permite-nos interpretar os desejos de uma escravizada fugitiva⁴ (e de seus familiares) por outro futuro, mas também para o “sonho desagradável durante um sono agitado”, como a autora escreveu, relacionando, de certa maneira, às memórias intrusivas. Estas, marcadas por experiências de violência que parecem acionar o lembrar e o esquecer do passado presente da escravidão.

Assim como na leitura da história pesadela em “Amada”, entende-se, nesta pesquisa, memórias múltiplas da escravização atlântica em seu aspecto de passados sensíveis. E sensíveis não somente pela dificuldade de falar sobre o

⁴ A obra baseia-se na história de Margaret Garner, mulher escravizada que fugiu grávida de Kentucky para Ohio no século XIX e, prestes a ser capturada, decidiu matar seus quatro filhos. Dos recorrentes significados de liberdade, este, a morte, ressoava na escolha materna para impedir que seus herdeiros fossem escravizados. Mas só teve tempo de “libertar” uma filha, por degolação à faca. Garner, em “Amada”, torna-se a personagem Sethe. No livro, é a bebê assassinada que protagoniza o enredo. É ela a fantasma que assombra e implode lembranças de dor e sofrimento na família fugitiva. Dentre as possíveis leituras, pode-se entendê-la como uma metáfora do passado que insiste em não passar. Em “Narrar o Outro” (2019), Morrison explicou a escolha pelo protagonismo desta personagem no romance: “Inseri uma filha morta capaz de falar e pensar, cujo impacto – e cujo aparecimento e desaparecimento – poderia funcionar como o dano gótico da escravidão”. (MORRISON, 2017, p. 54.)

assunto, mas justamente porque não há, em geral, consensos sobre **como** e **o que** dizer sobre eles (ARAÚJO, 2013, p.9, grifos da autora). Permeados por disputas e desconfortos, trata-se de passados difíceis, sobretudo pelos seus impactos no tempo presente, e, ao confrontá-los, há chances de transitar por caminhos tortuosos, a exemplo do enfrentamento de projetos políticos que, historicamente, fundamentam a sociedade (QUADRAT, 2021). O que reforça sua dimensão de passado assombroso, desagradável e medonho.

No campo de estudos sobre patrimônio, tal debate, no enlace entre memória, história pública e passados traumáticos, tem sido marcado por denominações como patrimônios “sombrios”, “contestados”, “controversos”, “difíceis”, “vergonhosos” ou “da dor”, para citar alguns. De acordo com Meneguello (2021), diferente de sentidos de patrimônio relacionados à ideia de celebração, do “bom e do belo”, “patrimônios difíceis” podem estar associados à morte, às histórias que machucam, que, muitas vezes, não se quer lembrar. Conceito polissêmico e multivocal, conforme destaca a autora, refere-se também a reivindicações de atores e grupos sociais em denunciar injustiças, violações de direitos humanos pelo Estado, busca por verdade e reparação, lutas por reconhecimento de crimes políticos ou, ainda, por afirmação de direitos e identidades subjugadas. Por tudo isso, “remetem a locais de intrincada fruição” (MENEGUELLO, 2021, p. 245), como uma visita à Casa dos Escravos, da Ilha Gorée no Senegal. E aos vestígios do antigo complexo escravagista, na região do Cais do Valongo do Rio de Janeiro – caso de estudo da presente pesquisa⁵, em andamento.

“Nossas maiores cidades atlânticas africanizaram-se muito cedo”, destacou o historiador Marcus de Carvalho (2018, p.156), referindo-se aos portos de Olinda, Salvador e do Rio de Janeiro. Este, nos anos 1840, contava com mais de 110 mil escravizados e uma população livre de aproximadamente 144 mil pessoas (CARVALHO, 2018, p.156). A enseada do Valongo teve relevante papel nesse processo, sendo do final do século XVIII até a

⁵ Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado “Museu e Memórias da Escravidão Atlântica: Passados sensíveis na patrimonialização e na musealização do sítio histórico e arqueológico Cais do Valongo (2011- 2021)”, sob orientação da profa Dra Elizabete de Castro Mendonça e coorientação da profa Dra Monica Lima e Souza.

ilegalidade do tráfico em 1831⁶, o lugar oficial de desembarque das travessias transoceânicas – por onde estima-se ter aportado quase um milhão de africanos na condição de escravos. Lá, formou-se uma estrutura sem igual que dava subsídios ao comércio de seres humanos: recebimento, quarentena, cemitério⁷, compra e venda de africanos escravizados, lojas de objetos de tortura, garantindo, pois, o funcionamento da empresa escravista que abastecia também rotas internas e outras partes das Américas. Intervenções urbanísticas⁸ tensionaram “manter em silêncio como um segredo”⁹ aspectos materiais e simbólicos do complexo comercial escravagista. Até que em 2011, durante obras de revitalização na região, no âmbito do projeto Porto Maravilha¹⁰, resquícios do Cais foram identificados.

Em torno do Valongo, atores sociais vinham exigindo a criação de um museu público, de modo a narrar as presenças negras na história do Cais oitocentista, do território, do Brasil e do mundo atlântico. Esta investigação centra-se em tais reivindicações. E, por esse prisma, pretende analisar os usos das memórias da escravidão em processos de musealização no contexto de titulação do Valongo como patrimônio mundial (Unesco), visando identificar

⁶ Quando, a partir da promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831 (a Lei “Feijó”), foram declarados livres todos africanos que entrassem no Brasil como escravos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2023. A proibição definitiva do tráfico foi em 1850. Cumpre destacar que na enseada do Valongo, localizada entre a Pedra do Sal e a Gamboa, as obras de construção do cais de pedra iniciaram-se em 1811 e foram concluídas por volta de 1817. E que após 1831, outras regiões costeiras do estado do Rio de Janeiro passam, clandestinamente, a receber as levas de navios escravistas.

⁷ Ver Instituto dos Pretos Novos (IPN). O IPN tem atuação, desde os anos 1990, na preservação dos vestígios de um dos Cemitério dos Pretos Novos, onde se jogavam “à flor da terra” (PEREIRA, 2007) os restos mortais dos africanos que não sobreviviam às travessias atlânticas. Refere-se a um dos principais sítios arqueológicos do território, encontrado fortuitamente na casa de Merced Guimarães, na Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa. Sobre o IPN, conferir <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>. Cumpre destacar que se trata de uma iniciativa privada, que se afirma como um museu memorial na região. E o mesmo integrará as reflexões desta pesquisa de doutoramento, sobretudo para compreender seu lugar nas demandas pela construção de um museu público na área portuária do Rio.

⁸ A construção do Cais da Imperatriz sobre as pedras do Cais do Valongo em 1843 e o projeto de reforma urbanística do início do século XX por Pereira Passos exemplificam estas intervenções.

⁹ Expressão de Grada Kilomba (2019), aludindo a processos de silenciamentos conduzidos pelo colonialismo e o racismo.

¹⁰ Sobre o Porto Maravilha, ver página institucional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em: <https://portomaravilha.com.br/>. Pesquisas vem analisando processos de gentrificação, branqueamento, segregação racial na região, bem como as disputas de lugar em torno das memórias, territórios e patrimônios negros neste espaço, tais como Emerson (2014).

enquadramentos de narrativas de dor e sofrimento associadas a este lugar de memória sensível e utilizados em releituras do passado escravista desenvolvidas por diferentes agentes na cena pública.

Este artigo, por sua vez, parte desse objetivo mais amplo e busca ter como enfoque demandas por musealização pronunciadas em janeiro de 2017¹¹, ano de inscrição do sítio Cais do Valongo na lista de patrimônio mundial. Desse modo, busca refletir sobre posicionamentos de sujeitos sociais acerca da criação do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), projeto gestado pela então administração municipal do Rio de Janeiro, no âmbito dos compromissos firmados entre o Estado Brasileiro e a Unesco para salvaguarda do bem. Para tanto, tem como foco de análise textos publicados em redes sociais virtuais e em jornais de mídia e grande circulação, especialmente através das colunas do Jornal *O Globo*. Considera-se esses meios de comunicação como alguns dos principais palcos, onde se deu a querela entre gestores, pesquisadores, ativistas de movimentos sociais negros, entre outros, naquele contexto.

Buscando compreender como as narrativas dolorosas e da violência da escravização eram elaboradas nos argumentos dos sujeitos envolvidos nesse debate público, notou-se como ponto de atenção a recusa de parte dos atores sociais em grafar a palavra escravidão no nome do museu¹². Argumentos a favor e contrários a essa ideia tornam-se enfoque da segunda parte deste artigo. “Por que não Museu da Escravidão?” pode ser tida, em suma, como uma pergunta orientadora de pesquisa para esta parte do texto. Essa, antecedida por reflexões iniciais sobre subjetividades, emoções, trauma e a

¹¹ O sítio histórico e arqueológico Cais do Valongo foi inscrito como patrimônio mundial na lista da Unesco, em 9 de julho de 2017. Em janeiro daquele ano, momento da posse da então nova Secretária Municipal de Cultura, foi anunciada a ideia de criar um museu da prefeitura voltado à história da escravidão, conforme será abordado adiante. O recorte cronológico da pesquisa é de 2011, ano em que o Cais do Valongo foi identificado pelas escavações arqueológicas durante as obras do Porto Maravilha, até 2021, quando se finaliza a execução do Acordo de Cooperação Técnica Internacional, intitulado “Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e concepção de Museu de Território”, firmado entre a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura e a UNESCO (PRODOC 914BRZ4022). No mesmo ano de 2021, publica-se o plano museológico do MUHCAB, onde constam os resultados e diretrizes deste processo de concepção.

¹² No primeiro semestre de 2017, o museu proposto passou a se chamar Museu da Escravidão e da Liberdade. E houve, ainda em 2017, contestações à sigla “MEL”, alegando “adocicar” uma história que também é de dor e de sofrimento. Um dos efeitos de debates como esses foi a mudança de sua denominação para Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB).

complexidade de lidar com a história da escravização no Brasil. Nos últimos momentos, dialoga-se com bibliografia voltada a representações da cultura negra, mirando a problemática das memórias difíceis da escravidão.

Nesta direção, entende-se musealização a partir de sua percepção como:

(...) fio condutor da experiência museal, ou *museológica*, composta por atos sucessivos de repetição que ajustam a participação coletiva a uma ação comum de produção de valores e sentidos que irão moldar a própria experiência social. (...) **Nesta acepção da performance museal importa tanto a obra quanto seu esboço, rascunho ou o ensaio.** Todos os meios e mediações da obra fazem parte da experiência criadora. (BRULON, 2019, p. 227, grifo nosso.)

Tem-se, à vista disso, como horizonte pensar debates em torno da concepção e idealização desta então possível instituição museológica, não voltando-se, necessariamente, para análises sobre implementação da mesma. Parte-se, portanto, da ideia de musealização como “passagem criadora”, conforme explicita o historiador e museólogo Bruno Brulon¹³, não podendo “ser estudada no âmbito de uma ciência normativa ou tendo como modelo um conjunto organizado de prescrições sobre práticas isoladas, mas como um processo de transformação simbólica envolvendo a criação de enunciados performativos” (BRULON, 2018, p. 206). Ao dialogar com esta proposição, a museóloga Julia Moraes (2022) chama atenção para as dimensões políticas, simbólicas e poéticas da musealização, imbricadas em interesses, regimes de valor, agências, intenções, “protagonismos performados” (nos termos da autora), negociações e conflitos. Com efeito, a acepção de musealização relacionada a cadeias estritamente operacionais e técnico-científicas esvaziariam estes aspectos e a complexidade das experiências sociais, pela perspectiva da autora. O que Brulon (2018, 2019, 2020) ponderaria sobre o perigo de se manter processos de reificação de sistemas de dominação, advindos do paradigma dos museus com bases no Iluminismo, e a necessidade de descolonização do pensamento museológico.

¹³ De acordo com Brulon (2018), o uso do termo “Passagem criadora” baseia-se na tradução “do francês ‘*traversée*’ que também pode designar ‘cruzamento’, segundo proposto por Daniel Fabre [em *Introduction : comprendre la création, entendre la fiction*, publicado pela *Gradhiva* em 2014]”.

Na esteira do que pressupõe essa literatura, museus são tidos como espaços não-pacíficos e de fricções permanentes. À luz destas discussões, musealização remete-se, portanto, a dinâmicas inacabadas. Por isso, tecer reflexões sobre as disputas em torno da nomeação de um museu parece-nos reafirmar tais premissas. Importa, pois, compreender atos inconclusos, projetos iminentes, experiências que tensionam, diálogos não consensuais e conflitos latentes.

Ferida aberta e o passado assombroso da escravidão

Jenny Sharpe, em “Ghosts of Slavery” (2003, xi), associa escravização atlântica a um passado que, intrusivo, assombra o presente, por não ter sido enterrado adequadamente. Kilomba (2019, p. 223-224) dialoga com Sharpe e vai além, sugerindo que a ideia de enterros inadequados destas histórias pode ser compreendida em termos psicanalíticos. Refere-se, assim, à noção de experiências traumáticas que não puderam ser devidamente descarregadas e, por conseguinte, permanecem, patologicamente, vivas, perturbadoras e invasivas em perspectiva individual e coletiva. A coexistência entre passado e presente, para Kilomba (2019, p.222), delinea a atemporalidade destas histórias, reencenadas, em todo lugar, pelo racismo cotidiano.

Reflexões sobre o trauma da escravização levou-nos, ainda, a pensar sobre o conceito de Trauma Cultural (ALEXANDER et al, 2004; EYERMAN, 2002), que desloca o olhar sobre a violência do cativo e da escravidão como instituição para a memória coletiva que se constrói a partir destas experiências. O conceito refere-se aos efeitos de um evento traumatizante do passado que interferem, de forma indelével e irrevogável, a formação de identidades coletivas (ALEXANDER et al, 2004). E, por isso, é possível perceber origens da identidade afro-americana, quando Eyerman (2002) cita Maya Angelou: “É a memória coletiva da escravidão que define o indivíduo como ‘membro da raça’¹⁴”. O que se expressa também, no contexto brasileiro, quando Monica Lima (2018, p. 106) reforça que “a dor que atravessa a memória sensível dos

¹⁴ Trecho de tradução livre. Raça entendida como construção, não como dado biológico e natural.

descendentes [de africanos] faz do trauma da escravidão um processo cultural de base na formação das identidades no pós-abolição”.

O ato de rememorar a escravidão amalgama-se, nesse sentido, à necessidade de desconstruir e desnaturalizar estruturas e fundamentos. Como nos diz a historiadora e escritora afro-americana Saidiya Hartman, vai além da vontade de memória por ser uma urgência, já que “vidas negras estão ainda sob perigo e ainda são desvalorizadas por um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás” (HARTMAN, 2021, p.13). Das estatísticas e estruturas insistentes, a ONU afirmou que não se pode esquecer que a cada vinte e três minutos um jovem negro é morto no Brasil; a Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) alertou que mais da metade da população brasileira admite que a morte violenta da juventude negra “choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”¹⁵; e o ativista Abdias Nascimento¹⁶ sempre persistiu em recordar que o genocídio negro vem, a todo tempo, sendo projeto político no Brasil.

Pelo gesto de lembrar, conjugam-se agir – nas alusões acima. Recorre-se, assim, à indagação, também escrita por Hartman: “Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão **se não** para incitar as esperanças e transformar o presente?” (HARTMAN, 2021, p. 213-214, grifo nosso.)

A negativa que condiciona esta frase da autora pode trazer muitas nuances, a exemplo de leituras e condutas racistas que persistem em histórias atlânticas e diaspóricas do tempo presente. No Brasil, são inúmeros os casos. Um deles, sem dúvida, paira nas controversas cenas de turistas em pose para fotos, simulando episódios de torturas nos vestígios de pelourinhos coloniais patrimonializados e ainda mantidos de pé nas praças públicas. Aos atuais pontos turísticos de antigas cidades escravistas, como as históricas Mariana ou São João del Rei nas Minas Gerais, as miradas, muitas vezes, oscilam entre a

¹⁵ Sobre a informação citada da ONU, ver: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>, Acesso em: 01 jan 2024. Quanto à estatística divulgada pela SEPPIR, em 2017, ver: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/12/campanha-vidas-negras---pelo-fim-da-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil.html> Acesso em: 01 jan 2024.

¹⁶ Abdias Nascimento (1924 – 2011) foi artista visual, poeta, escritor, dramaturgo e intelectual panafricanista. Fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) e foi seu projeto a criação do Museu de Arte Negra, no Brasil.

indiferença na circulação de transeuntes ou certa alienação (talvez, feiticização) em reencenar a tragédia.

Reproduções estas similares às imagens de açoitamentos a pessoas negras, que, no jogo de manutenção de poder e opressão, historicamente foram cristalizadas e reproduzidas no imaginário coletivo brasileiro. Trata-se da figura do “escravo no tronco”, performado nas paisagens urbanas dos dias atuais. Cena em arena pública, abordada pelo jornalista Elias Fernandes¹⁷, ao observar o caso de Mariana/MG e analisá-lo:

“Não adianta só algemar, tem que chicotear também. Chicoteia!”, gritava um turista, em tom de brincadeira. A alguns metros dele, uma outra visitante posava para fotos no pelourinho da Praça Minas Gerais. (...) Outros repetiram o ato e esboçaram enormes sorrisos enquanto eram clicados. (...) Volta e meia, um turista ou outro faz uso semelhante do monumento erguido numa das principais praças de Mariana sem, provavelmente, alguma reflexão. (FERNANDES, 2017, grifo nosso.)

O que nos conta a espetacularização da violência exemplificada neste caso? Que emoções têm despertado estes monumentos de natureza opressiva? Por que ainda há interesse em reencenar a sujeição e desumanização, no lugar de repeli-la? Que dificuldades estruturam a não percepção crítica, para muitos, desses monumentos como lugares de memória da dor, da denúncia e de consciência? Que elementos selecionam mortes não-choráveis¹⁸? Se o racismo, enquanto construção sistêmica e traumática, pode ser considerado o elo fundamental e ponto de partida que entrelaça todas essas perguntas, a complexidade no entendimento das variantes possíveis de respostas perpassa análise de subjetividades, de contextos sócio-políticos e de outros elementos para além da razão.

Cais do Valongo e demandas por musealização de novos passados

Possivelmente por episódios cotidianos exemplificados no relato sobre o turismo no pelourinho de Mariana/MG, e sobretudo em alusão às formas

¹⁷ “O Pelourinho denuncia Mariana”. Jornal Ponto Final. Disponível em: https://saci2.ufop.br/servico_clipping?id=4055 Acesso em 06 dez 2023.

¹⁸ Assemelha-se à reflexões sobre “vidas consideradas choráveis” da filósofa Judith Butler, ver: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acesso em 01 jan 2024.

históricas de representação de negros em muitas instituições museais, Julio Barroso, produtor cultural da Agência de Notícias das Favelas (ANF), publicizava, no dia 23 de janeiro de 2017, seu receio nos debates sobre a criação de um museu público na zona portuária carioca: “talvez um racista vá ao museu para se comprazer ao ver instrumentos de tortura ou algo do tipo” (BARROSO, 2017). E por que não escravidão no nome do museu? Barroso completava:

Eu, que sou negro e produtor cultural, **não me senti à vontade** [com a denominação]. Pessoalmente, acho muito boa a ideia em si, porém, **o título me soa um pouco infeliz**. (...) Assim como a imprensa não fala os nomes das facções criminosas para não fortalecer essas quadrilhas, **palavras que remetem à escravidão devem ser usadas somente em situações negativas**. Sugestão para nomes não faltam: “Museu da História Afrobrasileira” ou “Museu da Cultura Negra Brasileira” são **mais agradáveis de ler/ouvir** do que “Museu da Escravidão”, sem dúvida. (BARROSO, 2017, grifo nosso.)

Barroso e outros atores sociais direcionavam seus argumentos no contexto de debate acionado pela seguinte nota, intitulada “Museu da Escravidão”, da coluna do jornalista Ancelmo Góis n’O Globo, publicada no alvorecer de 2017¹⁹:

Neta de Cartola e Dona Zica, a secretária municipal de Cultura do Rio, Nilcemar Nogueira²⁰, já conversou sobre o tema com o prefeito Marcelo Crivella. Ela sonha criar, no Rio, um Museu da Escravidão, de preferência na região do Porto Maravilha, onde fica o Cais do Valongo, o porto que mais recebeu escravos nas Américas. (GOIS, 2017.)

Era esta a primeira menção na grande imprensa à proposta da Pasta da Cultura então recém-empossada. Ainda que a nota do colunista não descrevesse maiores detalhes sobre o **como** seria e **a que** se proporia o museu, o curto anúncio rapidamente deu lugar a querelas entre intelectuais, jornalistas, ativistas, gestores públicos, acadêmicos, personalidades negras e

¹⁹ A referida nota na Coluna de Ancelmo Gois foi publicada no domingo, de 15 de janeiro de 2017.

²⁰ Liderança negra, neta de Dona Zica da Mangueira e do compositor Cartola, Nogueira coordenou o processo de patrimonialização das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, reconhecido pelo IPHAN em 2007. E, mais tarde, criou o Museu do Samba, Centro de Referência na salvaguarda deste bem. Em várias aparições públicas da gestora para falar do MEL, essa trajetória era retomada, alinhando, em parte, o novo projeto à ideia de continuidade de ações voltadas à busca por espaços de representação do povo negro na cultura e na política.

não-negras – no Rio de Janeiro e no Brasil. Uma das contestações pioneiras e de maior ressonância foi o posicionamento público de Nei Lopes, escritor, sambista, compositor, cronista e pesquisador de culturas africanas: “Museu da Escravidão?’ (...) muito melhor seria projetar um Museu da Herança Africana (ou afro-brasileira, ou afrocarioca)” (LOPES, 2017a). Provocava, assim, o sambista, apoiado no seguinte argumento: a palavra escravidão ou a centralidade da história da escravização são nocivas à autoestima de pessoas negras.

A opinião de Nei Lopes não foi um ato isolado. E o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) logo fez coro: “Atenção Governo Municipal Carioca: Precisamos de um Museu da Herança Africana!!” (IPEAFRO, 2017). Fundado por Abdias Nascimento no início dos anos 1980, o IPEAFRO reúne acervos do artista e atua principalmente nas áreas da cultura e educação para inserção de conteúdos africanos e afrodiaspóricos no ensino. O texto de reiteração à fala de Lopes foi assinado por Elisa Larkin Nascimento, diretora presidenta do instituto e viúva de Abdias. A autora definia a escolha por focalizar a temática da escravidão como uma prática de racismo institucional, uma vez que diminuiria a complexidade e a temporalidade das histórias negras. Posto isso, não seria cabível um museu de nome escravidão, antes fosse, segunda ela, um mero “equivoco de reportagem” da coluna de Ancelmo Góis.

Desconfiar do prefeito eleito²¹ e não descreditar (ou apoiar) as pretensões da Secretária apresentam-se como um dos primeiros acordes dissonantes do início de 2017 no setor cultural carioca. Elisa não se posicionou com veemência contra Nogueira. Mas ao se dirigir ao então prefeito Marcelo Crivella, a representante do IPEAFRO concluía: “Que o prefeito saiba entender a diferença entre escravidão e herança africana!”. Lopes, por sua vez, assinalava que, “apesar da boa intenção da estimada neta de Cartola e Dona Zica”, a proposta seria imprópria. E complementava:

²¹ Cabe destacar que o projeto estava sendo desenvolvido no contexto de administrações públicas conservadoras, tanto na esfera municipal, com o então prefeito Marcelo Crivella, como em nível federal, com Michel Temer na presidência – pós-impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Este momento foi abordado pelas antropólogas Simone Vassalo e Luz Stella Cáceres (2019).

A escravidão de trabalhadores africanos nas Américas e no mundo foi um fenômeno histórico importante, mas lesivo à nossa autoestima. E só foi importante por ter legado ao Brasil e ao mundo um inestimável PATRIMÔNIO CULTURAL, expresso em novas e instigantes formas de PENSAR, agir, trabalhar, criar, produzir, viver enfim [destaques do autor]. (...) Nosso saudoso irmão e mestre Joel Rufino dizia que a palavra “escravidão” **assusta e causa rejeição nos jovens afrodescendentes em relação à História da África, por trauma psicológico**. Na África, sim (...), é preciso lembrar. Mas no Brasil incomoda e só vale como ligeira referência, como introdução. E só.” (LOPES, 2017a, grifo nosso.)

Sob esta ótica, reconhece-se o trauma e, justamente por isso, falar sobre ele pode provocar rejeição, assustar. Uma memória incômoda, desconfortável, necessária de ser contada, mas, para o autor, somente em segundo plano, de modo a favorecer contranarrativas que positivem histórias de África e das culturas afrodiáspóricas, especialmente para população afrodescendente. Uma das maneiras de compreendermos tal preocupação de Lopes é entendê-la como resposta às representações da escravidão, que, ao longo da história, circulam no Brasil. Foi ao jovem negro que, neste texto, Nei principalmente se direcionou. Sua narrativa confronta imagens que, muitas vezes descontextualizadas, reificam relações de poder, naturalizando imagens de corpos negros à subalternização, ao passo que trivializa uma noção de superioridade branca europeia construída como universal. Nesse sentido, parece-nos estar em jogo disputar o universo simbólico, atravessado, entre outros aspectos, pela (des)naturalização da violência e desumanização.

Para as antropólogas Simone Vassalo e Luz Stella Cáceres (2019), a discordância em torno do nome do museu na região do Valongo:

(...) atualiza uma oposição central e constitutiva do campo da cultura afro-brasileira, que confronta dois distintivos mitos de origem: de um lado, o que defende que a instituição da escravidão foi de tal modo devastadora que é somente a partir dela que a cultura negra pode erigir. De outro, o que celebra a África e a herança africana como matrizes culturais. (VASSALO, CÁCERES, 2019, p. 65)

Analisando os confrontos e disputas políticas presentes na implementação do então projeto da Prefeitura²², as autoras chamam atenção para reflexões profundas que os envolvem, na medida em que:

Na contemporaneidade, o nefasto legado da escravidão volta à cena como um trauma histórico a ser superado e serve de base aos pedidos de reparação. Mas o seu reexame não oculta as dificuldades de se lidar com as representações tão negativas que engendra. (VASSALO, CÁCERES, 2019, p. 66)

Vale observar que o posicionamento de Nei Lopes sobre o novo museu encontrou mais ecos: o historiador Luiz Antonio Simas foi um deles²³. Simas, que é pesquisador de samba, diáspora e religiões de matrizes africanas, sublinhou premissas de Joel Rufino dos Santos evocadas pelo mestre Nei, acrescentando reflexões sobre complexo de inferioridade, tida como condicionante psicológica introjetada pelo colonialismo nas vítimas, bem como a noção de superioridade construída em torno da identidade racializada branca²⁴. Educar pela força das culturas africanas e diaspóricas seria, em sua opinião (citando Joel Rufino e Nei Lopes), a maneira possível de abalar tais alicerces. Pode-se destacar, em ambas as falas, a abordagem por um museu voltado prioritariamente para sujeitos negros.

A jornalista Flávia Oliveira também fez parte do debate. Na sua coluna d'O Globo, em 19 de janeiro de 2017, trazia um balanço das opiniões sobre o museu e colocava-se: "É para não esquecer. Nem a maldade. Nem o legado." Citando experiências de musealização de passados sensíveis, como no contexto pós-holocausto e pós-apartheid sul-africano, Flávia acentuava a importância de instituições exclusivamente dedicadas a não deixar de lembrar atrocidades do passado e seus efeitos nas sociedades contemporâneas. Expor a brutalidade seria, em suas palavras, uma forma de combatê-la. E, num país que, sistematicamente, esconde sua história violenta, o debate público

²² O presente artigo volta-se aos debates datados de janeiro de 2017, antes de os conflitos em torno do MEL terem avançado. O recorte temporal de Vassalo e Cáceres (2019) estende-se até agosto de 2018.

²³ Tanto o trecho de Nei Lopes reproduzido, inicialmente, por Simas e divulgado em suas mídias digitais (facebook), como do IPEAFRO, via mesmo veículo, são datados de 16 de janeiro de 2017.

²⁴ Neste texto, Simas faz menção ao que, segundo ele, seriam leituras de Joel Rufino sobre Frantz Fanon.

provocado pela notícia de criação do museu da escravidão era tido como bem-vindo e saudável. Nesse aspecto, Lopes parecia concordar com Oliveira.

Simas, Nei Lopes e outros apoiadores verbalizavam a importância de abordar os horrores da escravidão – para que não se repita, nem se esqueça. Mas se, para eles, o destaque à escravização poderia ser danoso, para a Secretaria Municipal de Cultura, era necessário “enfrentar traumas históricos” e isso perpassaria assegurar escravidão no nome do museu. Após a nota de Ancelmo Gois, a Secretária também se posicionou no jornal *O Globo*. O artigo “Por um museu sobre a verdade”²⁵ estampava a seção *Opinião*, do domingo, em 22 de janeiro de 2017. O mesmo era conteúdo de matéria do dia seguinte, redigida pela jornalista Natália Boere (2017), com manchete “Secretária de Cultura defende o museu da escravidão”. Neles, Nilcemar ratificava a vontade de criar o museu como uma das prioridades de sua gestão, mas também de manter a denominação: “Um museu sobre a escravidão não pode esconder em seu nome a dimensão histórica desse tema, mas sim ressignificá-la”. Nesta declaração pública e em diferentes documentos institucionais, defende-se a ideia de unidade na diversidade como estratégia de ação, apontando a pretensão de o museu atuar como espaço de mediação para construção de outros futuros mais plurais e justos. E dava sinais de que os debates sobre reconciliação seriam um dos principais eixos conceituais da instituição:

O futuro Museu da Escravidão buscará ouvir as vozes silenciadas de seus protagonistas através de processos participativos, de baixo para cima, rechaçando abordagens curatoriais autoritárias. Quer contar com o movimento negro e a sociedade como um todo na construção deste bem cultural comum. (NOGUEIRA, 2017).

O museu teria, assim, segundo a gestora, comunidades negras e do território da Pequena África como públicos prioritários, mas buscaria construir narrativas para além destes grupos, argumentando que “o mal que recaiu sobre a comunidade escravizada hoje afeta a sociedade como um todo” (idem).

Dias depois da matéria de Nogueira, *O Globo* publicava, na mesma seção *Opinião*, outro texto de Nei Lopes. Para ele, e isso esteve mais evidente

²⁵ O texto da Secretária é introduzido por sua alusão feita ao tema de 2017 do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a saber “Museus e histórias contestadas: dizendo o indizível em museus”.

neste segundo momento que opinou sobre o museu da escravidão (LOPES, 2017b), combater o racismo passa por mecanismos de promoção de imagem positiva de si por parte das pessoas negras. Apenas “altivos e ‘resolvidos’”, escreveu o cronista neste artigo de 25 de janeiro de 2017, é que seria possível enfrentar legados difíceis e estruturais. O realce dado à “nossa história apenas na condição escrava dos nossos ancestrais, reais ou supostos” e o mito da democracia racial no Brasil tornam-se, conforme destacou o autor, impeditivos de percepção da própria relevância.

Para confrontar essa visão histórica considerada deturpada, dever-se-ia:

(...) garantir a todos, sobretudo aos mais jovens uma verdade histórica simples: a de que o continente africano também foi berço de civilizações invejadas, herdadas de tradições imemoriais; e que a escravatura lá introduzida para garantir a mão de obra aos empreendimentos europeus no Novo Mundo deveu-se a fatores muito mais complexos do que alegadas fraqueza ou inferioridade inata dos vitimados. (LOPES, 2017b, grifo nosso.)

Com “invejadas”, “imemoriais” e longe das “alegadas fraqueza e inferioridade”, Nei Lopes entrecruza substantivos e adjetivos a nos dizer, primeiro: como o museu pode gerar identificação com modos de pertencimento étnico-racial e orgulho destas histórias? E, ainda, de que maneira o futuro museu deveria se colocar diante da necessária celebração e constante construção da negritude no Rio de Janeiro e no Brasil? Se o direito de glorificar a história da África era tido como importante elo, a palavra escravidão do título do museu poderia, de imediato, acionar uma barreira na simbolização (e na formação) de identidades negras positivas. Na região do sítio Cais Valongo, como bem apontou o historiador Phelipe Cunha (2022, p. 372), um dos movimentos de comunidades negras encerram-se em recusar “narrativas que lhes negaram humanidade, passado e memória para, assim, recuperar possibilidades de reconstruir a si mesmos”. Perspectivas estas que irrompem embates políticos marcados pela complexidade das memórias da escravidão na área portuária do Rio de Janeiro.

Passados contestados em museus e a problemática da memória difícil da escravidão

Pelo olhar de Nei Lopes, pode-se compreender um posicionamento direcionado aos jovens, a alguns livros didáticos, mas também às interpretações sobre o passado escravista e às imagens pejorativas sobre o negro criadas em boa parte dos espaços museológicos brasileiros. Decerto, a permanente atuação de movimentos sociais na construção de museus privados e as intervenções de artistas negros em espaços museológicos públicos nos últimos anos têm dado novos e importantes rumos a esses debates²⁶. Contudo, entender o que se buscou lembrar (e esquecer) pela elaboração das narrativas seculares sobre o sujeito negro, nessas instituições oficiais, apresenta-se como fundamental para compreensão de alguns aspectos que suscitaram reações contrárias de diferentes agentes de memória, no momento de idealização do museu da escravidão, em 2017, no maior porto escravista da história das Américas.

Representações do negro em espaços museológicos fizeram parte dos interesses de pesquisa da socióloga Myriam Sepúlveda Santos. No artigo “entre o tronco e os atabaques” (2007), a autora parte dessas duas imagens metafóricas para analisar as disputas em torno dos significados de negro em museus brasileiros no entrelace da construção da memória oficial. O texto integra a publicação “Projeto UNESCO no Brasil”, da EDUFBA, que fazia um balanço crítico a partir da conhecida iniciativa desta agência transnacional que, nos anos 1950, ao buscar conceituar a noção de “raça”, vislumbrava o Brasil um caso exemplar de convívio social após o período colonial e investiu em pesquisas para estudar esta realidade tida como um possível ideal. À época do lançamento da referida obra (2007), pouco tempo depois da inauguração do Museu Afro Brasil²⁷ (2004), Myriam Santos sinalizava as lutas pela construção de uma nova imagem do negro, que tinha na criação de museus afro um importante marco. O ideário de democracia racial, como constituinte identitário de um Brasil falseado, foi analisado pela socióloga em suas singularidades.

²⁶ Pode-se destacar os trabalhos da artista Rosana Paulino e seu conceito de “suturar” os ferimentos causados pela escravidão”. Ver entrevista disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/somos-muito-ingenuos-em-relacao-ao-poder-da-imagem-afirma-rosana-paulino/> Acesso em 2 abr 2024.

²⁷ A partir de 27 de dezembro de 2022, o Museu Afro Brasil passou a se chamar Museu Afro Brasil Emanuel Araújo, em homenagem a seu fundador, falecido no dia 7 de setembro do mesmo ano.

Uma delas consiste no silenciamento de informações sobre identidade racial na autoria de obras de artes em museus nacionais. Longe de valorizar igualmente produções de pessoas negras e brancas, a essas escolhas soma-se a contundente exclusão de artistas negros em exposições de museus de artes, que contribuiu, consideravelmente, para reforçar o imaginário de lugares de negros restritos à cultura popular, à figura estereotipada do exótico, mas não passíveis de ocupar as galerias de grandes espaços dedicados a uma seleta intelectualidade erudita brasileira (SANTOS, 2007).

Em 2017, quando já se debatia a criação do museu da escravidão no Valongo, Emanuel Araújo, curador baiano, artista plástico e fundador do Museu Afro-Brasil, enfatizava ser usual o fato de pessoas negras²⁸ encontrarem nos museus “o que eles não querem mais ver, que é o sacrifício, a escravidão”, o MAB, entretanto, “passa por isso, mas não só” (ARAUJO, 2017). Alinha-se, assim, construção de narrativas com o usual significante “para além da escravidão”. O que reivindicava Emanuel Araújo, em exposições e com a criação do Museu Afro-Brasil eram as “memórias de negros”. Movimentar-se tanto para retirar da invisibilidade personalidades negras embranquecidas²⁹, como para construir novos (e mais) espaços de memória “a partir da experiência do negro da formação da identidade brasileira”³⁰, em contraponto às narrativas oficiais. Com este tom, Emanuel, no início dos anos 2000, assinou o texto “Negras memórias: O imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão”, que refletia, entre outros elementos, sobre as memórias de dor e sofrimento herdadas e representadas. As marcas da escravidão ou, como autor expressou, “o legado do cativo”, seriam, segundo ele, as memórias do estigma usadas para retroalimentar o preconceito e cristalizar o lugar subserviente do negro nas galerias de arte, nos museus, na sociedade.

²⁸ Não se encontrou, até o momento, posicionamento de Emanuel sobre a criação do MEL pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro.

²⁹ Na “Pequena África”, processos de branqueamento são estudados pelo geógrafo Renato Emerson dos Santos (2014).

³⁰ Museu Afro Brasil – Um conceito em perspectiva. Cf. <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/um-conceito-em-perspectiva>

O que o curador sinalizou poderia facilmente exemplificar a seguinte questão de Myriam Sepulveda Santos (2007): “Se a história da escravidão não tem sido narrada e transmitida pelos escravos, quem são seus autores?”. Embora a pergunta da socióloga não pareça excluir o potencial da oralidade entre gerações³¹ e busque evidenciar a dificuldade intrínseca ao narrar experiências traumáticas, pode-se relacionar esta interrogação às perspectivas pelas quais instituições oficiais de memória, ao longo da história, representam a escravização atlântica. Imagens estas que foram, em geral, produzidas com fins de naturalizar o imaginário coletivo de um Brasil harmônico racialmente e perpetuar relações de poder, fundamentadas pelas desigualdades raciais.

O museólogo Marcelo Bernardo da Cunha também chama atenção para o ideal de branqueamento e o imaginário civilizatório eurocêntrico como fatores determinantes na produção de imagens deturpadas por museus sobre a negritude na sociedade brasileira (CUNHA, 2017, p. 78-79). Além disso, vê-se, em alguns casos, a ênfase nos objetos de tortura expostos junto a imagens visuais de relatos de viajantes europeus, construindo o imaginário de vitimização em museus sem, necessariamente, correlacionar o passado violento a permanências no tempo presente, de acordo com a historiadora Ana Lúcia Araujo, em “*Museums and Atlantic Slavery*” (2021). Tanto pesquisas de Myriam Santos (2007), Marcelo Cunha (2017), quanto de Emanuel Araujo (2017) e Ana Lucia Araujo (2021) evidenciam, de certa maneira, como museus tornaram-se poderosas ferramentas históricas na institucionalização do racismo no Brasil. E, acrescenta Ana Lucia Araujo, algumas instituições que vem tecendo outras narrativas, sobretudo aquelas voltadas à valorização da herança africana e imagens positivas da presença negra, pecam, em certa medida, por não desafiar efetivamente o racismo e a supremacia branca como legados do sistema escravista. O que, por sua vez, pode dialogar com Santos (2007), quando afirmou que a história da nação brasileira convive com a reiteração das memórias de castigos corporais a africanos e seus descendentes (“o escravo no tronco”), mas também com o silenciamento do

³¹ O projeto “Memórias do Cativo”, do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), contempla essa perspectiva.

extermínio de povos indígenas e a negação de dívidas – seja social ou econômica – a estes grupos vitimados.

Se um dos efeitos do trabalho forçado aos povos africanos foi subsidiar o luxo de elites escravistas e metrópoles coloniais, a palavra acena mais outra conotação no texto de Araujo (2004): “não podemos nos dar ao luxo de esquecer, perder de vista nossa memória (...), [pois ela] será sempre uma forma de costurar nossa história”. E, nesse sentido, retoma-se a complexidade do impasse: como e o que narrar sobre essas histórias de sofrimento e desumanização, posto que foram fortemente atreladas a processos de estigmatização, hierarquização, sujeição e/ou naturalização e ocultação da opressão?

Abordando a temática de museus e memórias traumáticas, o historiador e arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses (2018) questiona o lugar dos museus ao lidar com passados dolorosos. Um de seus argumentos consiste na importância do “dever de memória”, e também de aproximar-se da ideia de “dever de justiça”. Baseando-se no conceito de melancolia de Freud, Meneses afirma que a busca pela memória, sem ter a justiça como devir, corre o risco de um infinito luto incompleto e eterna revisitação da dor. Ora, o museu não tem o poder de erradicar efetivamente a violência, alerta o autor, mas, continua, pode dar a vê-la, desnaturalizá-la, tornar o que é abstrato em concreto, ligar o cognitivo ao afetivo e ser farol para iluminar caminhos possíveis de enfrentamento. Enquadrar a memória traumática na história da violência, que ainda infecta e incide, seria, segundo Meneses, uma maneira de se aproximar do “dever de justiça”.

Quando se busca perceber o que nos contam os debates travados no contexto supracitado do Valongo, soma-se às perspectivas de Meneses, aquilo que Cury (2021) assinala como “direito à musealização”, que vai além de ser musealizado (objeto passível de musealização), englobando a reivindicação de protagonismos por parte de pessoas negras³² no controle de todo processo de autorrepresentação.

Entre outros futuros para passar adiante e o lugar do museu

³² Nas reflexões de Cury, trata-se de experiências indígenas.

Podem tocar aquilo se quiserem, mas não tocam, porque sabem que as coisas nunca mais serão as mesmas se tocarem. (MORRISON, 2007[1987], p. 363.)

Em *Consteted Pasts* (2003), as historiadoras Katharine Hodgkin e Susannah Radstone analisam o envolvimento da memória na contestação de passados, chamando atenção para a ideia – intrínseca a esse debate – de luta por significados a partir de questões do presente. Disputar significados de passado, destacam as autoras, é também disputar significados de presente e, ainda, como estes passados serão comunicados e levados adiante às próximas gerações. Hodgkin e Radstone nos sugerem refletir sobre as implicações políticas, éticas e estratégicas da memória no que se escolhe como compreensão de passado. E, com efeito, ressaltam que a tentativa por resolver os significados no presente são, regularmente, um problema de conflitos sobre representações, onde perguntas como “que artefatos um museu deve preservar?”, ou “em que lugar situar um memorial?”, tornam-se exemplos da busca sobre como melhor construir e transmitir verdades (HODGKIN, RADSTONE, 2003, p.1). Por esta linha de raciocínio, as disputas pelo nome da instituição também podem ser entendidas como escolhas políticas. E tensionam reflexões sobre o ato da “passagem criadora” que encena a performance museal (BRULON, 2018), na medida em que:

[a musealização] depende de uma intenção, mas está sujeita às mais diversas mudanças nos valores em negociação por meio das disputas por regimes de valor que são, em última instância, regimes pela verdade e pela vontade de controlar as realidades sociais em que são aplicados. (BRULON, 2018, p. 203.)

Concordando que a construção de passados não é somente conduzida por interesses e demandas do presente, mas também por “campos de significados formados ao longo do tempo” (SANTOS, 2007), considera-se que processos de musealização do passado escravista no Brasil movimentam-se no interior de relações de poder assimétricas, historicamente construídas e estruturadas pelo racismo. Por esse prisma, a complexidade da construção de narrativas públicas de dor e sofrimento da escravidão transita entre o não reconhecimento social da violência política dos crimes da escravidão e do

racismo, a dificuldade de suplantar memórias coloniais de desumanização e as lutas políticas históricas pela afirmação de resistências negras. Pelo que se apurou até o momento, o lugar social da identidade racializada branca, outrossim, não parece se apresentar como fator relevante no desenvolvimento de memórias públicas sobre a escravização atlântica, nas reivindicações por um museu do poder público na região do Valongo.

Considerações finais

A interrelação entre a politização da musealização e a conferência de valores como construção social dá contorno a estas reflexões. A presente pesquisa reitera, pois, o paradigma de compreensão da musealização como um processo. E, nele, vê-se sujeitos e experiências sociais acionando museu³³ como instrumento e projetando, a partir do presente, medos, desejos, emoções, traumas, silêncios, intenções de futuros, enquadramentos de passados e reenquadramentos de imaginários sociais sobre representações da presença negra no Brasil e no mundo Atlântico.

Nesta direção, percebe-se, por fim, uma série de questões, que entrelaçam as demandas por transformações simbólicas de experiências sociais, ao fitar os debates sobre museu da escravidão neste contexto do Valongo: partindo da controversa imagem de harmonia entre raças construída na cena social do Brasil, seria factível um museu da esfera pública voltado exclusivamente à condenação da violência da escravização, de modo a criar novos pactos sociais e processos de responsabilização? Como seriam, nessas circunstâncias e no contexto brasileiro, denunciar sem ferir novamente? Como lembrar? A partir de que perspectivas? Como narrar o trauma? Ou, nos termos do antropólogo Michel-Rolph Trouillot, de que maneira representar esse fantasma, que é “tanto passado como presença viva”³⁴? Se não há (e não

³³ Identificou-se, nesta pesquisa, em fontes datadas de 2018, propostas de sujeitos sociais de não utilização de “museu” para a instituição, sugerindo, por exemplo, o enquadramento como “memorial”. Para o escopo deste artigo, os resultados parciais da pesquisa versam sobre o debate mantendo a ideia de criação de um museu público.

³⁴ Faz-se referência à obra “Silenciando o passado”, do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot: “A escravidão aqui é um fantasma, tanto o passado quanto a presença viva; e o problema das representações históricas é como representar esse fantasma” (TROUILLOT, 2016. Grifo nosso).

haverá) modelos prontos, ideais e acabados, é certo que uma problemática deve orientar todo processo. Esta, que se mostra desafiadora - aos museus, à museologia e à reflexão sobre a *práxis* de seus agentes, volta-se, antes de tudo, à construção de plurais e efetivas metodologias participativas, aliando ética, processos de decolonização e mudanças sociais, ao lidar com a história da escravização atlântica no Brasil. E suas (complexas e também plurais) memórias desconfortáveis de um secular sono agitado.

Referências Bibliográficas e fontes

Fontes

BARROSO, Julio. O Museu da Escravidão. Agência de Notícias das Favelas, 23 jan.de 2017. Disponível em: <https://www.anf.org.br/o-museu-da-escravidao/> . Acesso em: 21 mai 2024.

BOERE, Natália. Secretária de Cultura defende o museu da escravidão. **O Globo**, 23 jan. 2017. Disponível:<https://oglobo.globo.com/rio/secretaria-de-cultura-defende-museu-da-escravidao-20811048> . Acesso em: 2 fev 2024.

GOIS, Ancelmo. Museu da Escravidão [nota]. **O Globo**, 15 jan. 2017.

LOPES, Nei. “Autoestima contra o racismo. A ideia de museu é bem-vinda, desde que contribua para que a evocação da escravidão seja, no futuro, apenas o pano de fundo para nossas importantes contribuições”. **O Globo**, 25 jan 2017b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/autoestima-contra-racismo-20821373>. Acesso em: 12 fev 2024.

_____. “Mel Amargo”. **O Globo**, 13 jun. 2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/mel-amargo-21469991> Acesso em: 13 mar 2024.

NOGUEIRA, Nilcemar. “Por um museu sobre a verdade”. **O Globo**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/por-um-museu-sobre-verdade-2080607>>. Acesso em: 13 mar 2024.

DOSSIÊ da Candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial (versão português). Rio de Janeiro: IPHAN, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

IPEAFRO. “Atenção governo municipal carioca: Precisamos de um museu da herança africana!!”. Rio de Janeiro. 16 jan. 2017. Facebook: IPEAFRO.

OLIVEIRA, Flavia. “Para não esquecer. A polêmica sobre a intenção de se criar um Museu da Escravidão no Rio é bem-vinda”. **O Globo**, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/para-nao-esquecer-20795080>. Acesso em: 12 fev 2024.

PLANO Museológico Museu da História e da Cultura Afro-brasileira. RJ: Prefeitura do Rio de Janeiro, abr. 2021. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/plano-museologico> Acesso em: 10 jan 2024.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 43.128, de 12 de maio de 2017. Cria o Museu da Escravidão e da Liberdade – MEL, no bem cultural que menciona e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4313/43128/decreto-n-43128-2017-cria-o-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-mel-no-bem-cultural-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=43128>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SIMAS, Luiz Antonio. “Meu mestre e parceiro Nei Lopes compartilhou uma reflexão que merece ser divulgada”. Rio de Janeiro, 16 jan. 2017. Facebook: Luiz Antonio Simas.

Referências

ABREU, Martha; SOUZA, Monica Lima e. Duas historiadoras e os desafios do Museu de Território da Pequena África no Rio de Janeiro, 2017-2019. In: SCHMIDT, Benito, MALERBA, Jurandir. **Fazendo História Pública**. Vitória: Ed. Mil Fontes, 2021.

ALEXANDER, Jeffrey et al. **Cultural Trauma and Collective Identity**. Berkeley: University of California Press, 2004.

ARAUJO, Ana Lucia. Caminhos Atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. **Varia Historia**, BH, v.25, n.41, p.129-148, jan./jun. 2009.

_____. **Memoires de l’esclavage et de la traite des esclaves dans l’Atlantique Sud: enjeux de la patrimonialisation au Brésil et au Bénin**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Université Laval, Québec, 2007.

_____. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel. In: **Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição**, edited by Maria Helena Machado; Celso T. Castilho, 445-465. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **Museums and Atlantic Slavery**. London and New York: Routledge, 2021.

_____. **Public memory of slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic**. Amhers, NY: Cambria Press, 2010.

_____. **Anais do XXXVII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte:**

História da Arte em Transe, Salvador-BA 8-12 de outubro de 2017.

ARAÚJO, Emanuel. **Negras memórias**, o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, n. 18 (50), p. 2004, p. 242-250.

ARAUJO, Maria Paula; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.79, p. 95 -111, 2007.

ARAUJO, Maria Paula; PIMENTEL, Izabel; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. SP: Cia das Letras, 2022.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Revista Museologia e Patrimônio**. v.11, n.1, 2018.

_____. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, 28, p.1-30, 2020.

_____. Museus, patrimônios e experiência criadora: ensaios sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; Hernández, Francisca Hernández; CURCINO, Alan. **Museologia e Patrimônio**. Vol. 1. Leira: Instituto Politécnico de Leira, 2019. pp.199-231

CARVALHO, Marcus. **Cidades Escravistas**. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHIVALLON, Christine. **L'esclavage: du souvenir à la mémoire**. Paris: Karthala, CIRESC, 2012.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia e Interdisciplinaridade**. V. 9, n.17, 2020. p.129-146.

_____. O Protagonismo Indígena e Museu: abordagens e metodologias. **Museologia & Interdisciplinaridade**, 10(19), 2021 14–21. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38267>.

EYERMAN, Ron. **Cultural Trauma: Slavery and the formation of African American Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro**. 2 ed. Trad. Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Ed. 34; Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM, 2012.

GRIN, Mônica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, BH, vol. 22, n. 36, p.261-273, 2006.

HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

HARTMAN, Saidiya. **O Tempo da Escravidão**. Revista Periódicus, 2021, 1(14), 242–262.

_____. **Perder a mãe: Uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HODGKIN, Katharine; RADSTONE, Susannah. **Contested Pasts: The Politics of Memory**. London and New York: Routledge, 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos**, vol. 15, n. 26, 2018, p. 98 – 111.

_____. Eu quero passar com a minha dor. Blog Conversa de Historiadoras, março, 2016. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/14/eu-quero-passar-com-a-minha-dor/>

MORAES, Julia. A dimensão pública dos museus diante do horizonte da participação dos públicos na musealização: desafios, controvérsias e

potencialidades da diversificação e pluralização de relações entre públicos e museus. **Anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Ciência da Informação**, RS: ANCIB e UFRGS, 2022, v. GT-9.

_____. Horizontes e Itinerários da participação dos públicos nos Museus. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(20), 2021, p. 168–190. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/39053>

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. **Conf. 10 Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina**, 18 jul. 2018. Disponível em:
<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>

MORRISON, Toni. **Amada**. 6ª Reimpressão [2021]. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007[1987].

_____. **Narrar o Outro**. In: A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Trad. Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PEREIRA, Julio Cesar Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

QUADRAT, Samantha. Temas Sensíveis e negacionismos na História Pública. LABHOI UFF, 25 maio 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=fmBLLTyEwyl>, Acesso em: 06 jan 2024.

SANTOS, Myriam Sepulveda dos. **Entre o tronco e os atabaques**. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos (Org.). Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. Pequena África: contra o branqueamento, um território negro na área central do Rio de Janeiro. In: **9 Conferência Latinoamericana y caribenha de Ciencias Sociales**. CLACSO, UNAM, 2014. Disponível em:
https://conferenciadclacso.org/programa/resumen_ponencia.php?&ponencia=Conf-1-4392-47245& . Acesso em: 20 mar 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**, Curitiba: huya, 2016.

VASSALLO, Simone Pondé; CACERES, Luz Stella. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. **Horiz. antropol.** vol.25, n.53, pp.47-80, 2019.